

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

LAURA DA SILVA ARGUELHO

**REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA
NO ENSINO FUNDAMENTAL: USOS E ABUSOS**

**JARDIM - MS
2013**

LAURA DA SILVA ARGUELHO

**REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA
NO ENSINO FUNDAMENTAL: USOS E ABUSOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Geografia,
pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS –
Unidade de Jardim, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Professora Mcs. Patrícia Gressler

**JARDIM - MS
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

LAURA DA SILVA ARGUELHO

REFLEXÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: USOS E ABUSOS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora Ms. Patrícia Gressler

Professora Claudia Américo dos Reis, UEMS

Professora Gisele, UEMS

Jardim, 30 de novembro de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

ARGUELHO, Laura da Silva. “Reflexões sobre o livro didático de Geografia no ensino fundamental: usos e abusos” /Laura da Silva Arguelho. 35; 2013.

Bibliografia
Monografia de Graduação – Curso de Geografia
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

1. Ensino de Geografia 2. Livro didático 3. Aprendizagem;

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para a publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apenas para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

30 de Novembro de 2013, _____

LAURA DA SILVA ARGUELHO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e sabedoria para conquistar os meus ideais;

Agradeço especialmente a Professora Mcs. Patrícia Gressler, que na solidez de seus conhecimentos e empolgação de suas manifestações, me deu segurança para pesquisar sobre o tema e não me deixou desistir;

Ao meu grande amigo e pai, Vicente Arguelho exemplar nas lições paternas, a pessoa que na sua experiência e ainda muita vitalidade, me incentivou nos momentos de desestímulo;

À minha mãe querida, Angélica de Planta da Silva que sempre me apoiou nesses anos de faculdade e em todos os momentos esteve presente ao meu lado;

Ao meu irmão e amigo Alan da Silva Arguelho pessoa determinada, pelo qual tenho um grande amor;

Ao meu querido irmão Alvanez Cruz (*in memoriam*) que está olhando e torcendo por mim;

Ao meu esposo Elias Souza Duarte que sempre lutou nas minhas batalhas e alegrou-se nas minhas vitórias;

Aos meus amados filhos, Luana e Eduardo os quais amo incondicionalmente;

Aos meus filhos de coração Antônio Marcos, Marcio, Thiago, Fernando, Ana Vitória e Raiane Camila, obrigada pelo carinho.

E aos meus amigos do Curso de Geografia Cleiton, Eva, Lidiane, Renato e Marilda pelo incentivo e apoio incondicional durante todos esses anos.

Dedicatória especial aos meus pais, Vicente Arguelho e Angélica de Planta da Silva, por terem me ensinado a viver com dignidade e responsabilidade em busca de meus ideais.

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”.

Anísio Teixeira

RESUMO

ARGUELHO, Laura da Silva. **“Reflexões sobre o livro didático de Geografia no ensino fundamental: usos e abusos”** 2013. 36 p. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Jardim, 2013.

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo realizar estudo bibliográfico sobre a prática docente; compreender a problemática envolvida na adoção do livro didático no ensino de Geografia, no ensino fundamental e ainda, analisar o livro didático Projeto Araribá: Geografia, adotado no sexto ano do ensino fundamental na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC, em Jardim, MS. Uma vez que o ensino vem passando por diversas transformações, o livro didático e o professor possuem papel fundamental no auxílio ao aluno, levando-o a compreender o lugar em que está inserido, ajudando na compreensão do seu meio, os seus avanços tecnológicos entre outros aspectos, colaborando, portanto, na promoção de transformações sociais. A fundamentação teórica do trabalho baseou-se no geógrafo José William Vesentini (1989), Ângela M. de A. Silva (2008), Regina. C. C. Haydt (2006), no Guia de livros didáticos PNLD, Brasil (2008) entre outros. Ao concluirmos a pesquisa, percebemos o quanto o estudo da Geografia e a prática docente são importantes no ensino fundamental, e que a adoção de um livro didático deve sempre envolver profundas reflexões e indagações teórico-metodológicas.

Palavras- Chave: 1. Ensino de Geografia 2. Livro didático 3. Aprendizagem.

ABSTRACT

ARGUELHO, Laura da Silva. "Reflections on the textbook of geography in elementary education: uses and abuses" in 2013. 36 p. TCC (Graduation) - Geography Course, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Jardim, 2013.

This course conclusion work aims at studying the literature on teaching practice; understand the problems involved in adopting a textbook in teaching geography in elementary school and further analyze the textbook Projeto Araribá: Geografia, adopted in the sixth grade level at the Municipal School Major Alberto Rodrigues da Costa - MARC in Jardim, MS. Since education has undergone several transformations, the textbook and the teacher have a role in helping the student, leading him to understand the place in which it is inserted, helping in understanding its environment, its technological advances and other aspects, contributing thus in promoting social change. The theoretical work was based on the geographer José William Vesentini (1989), Ângela M. de A. Silva (2008), Regina. C. C. Haydt (2006), Guide on textbooks PNLD, Brasil (2008) among others. In concluding the research, we realized how much the study of geography teaching practice and are important in elementary school, and that the adoption of a textbook should always involve deep reflections and theoretical and methodological questions.

Key-words: 1. Teaching Geography 2. Textbook 3. learning

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. SUGESTÃO DE LEITURA.....	27
FIGURA 02. SUGESTÃO DE FILME.....	27
FIGURA 03. EXEMPLO DE CONTEÚDO.....	28
FIGURA 04. EXEMPLO DE IMAGEM.....	29
FIGURA 05. EXEMPLO DE GLOSSÁRIO.....	30
FIGURA 06. EXEMPLO DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS.....	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – ENSINO DE GEOGRAFIA.....	14
1.1. Cotidiano, práticas e saberes escolares.....	14
1.2. Algumas perspectivas teórico-metodológicas sobre o livro didático no Ensino fundamental.....	16
1.3. O Programa Nacional do Livro Didático.....	17
1.4. O Livro Didático no ensino de Geografia.....	18
CAPÍTULO II – ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	24
2.1. A temática <i>Comunidade local</i> abordada nos livros didáticos e sua importância para as construções identitárias e a inclusão social.....	24
2.2 Análise do livro didático <i>Projeto Araribá: Geografia</i>	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia vem passando por diversas transformações, e neste contexto insere-se o trabalho do professor. e os *usos e abusos* que fazem do livro didático, ferramenta pedagógica que possui papel fundamental no processo ensino-aprendizagem. Através do livro didático o currículo escolar se materializa, levando o aluno a compreender o lugar no qual ele está inserido, ajudando-o na mudança e compreensão do seu meio.

Os objetivos deste trabalho de conclusão de curso foram realizar estudo bibliográfico sobre a prática docente; compreender a problemática envolvida na adoção de um livro didático no ensino de Geografia, no Ensino Fundamental e ainda, analisar o livro didático *Projeto Araribá: Geografia*, adotado no sexto ano do ensino fundamental, na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC, em Jadim, MS.

A fundamentação teórica do trabalho pautou-se em leituras e análises de obras de José Willian Vesentini (1989); Guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, Brasil (2008); Ângela M. de A. Silva (2008); Regina. C. C. Haydt (2006); Dejalma Cremonese (2007); Rubia Emmel e Maria Cristina Pansera de Araújo (2012); Ruy Moreira (2009) entre outros.

A metodologia adotada foi primeiramente realizar um estudo do PNLD da disciplina de geografia, pois é um material de suma importância para a realização do nosso trabalho.

Depois, juntamente com a professora orientadora elaboramos um roteiro para a análise do livro didático.

Após a elaboração do roteiro, nos dirigimos até a turma do sexto ano do Ensino Fundamental para observarmos as aulas da disciplina de geografia e assim finalmente, analisamos o livro didático, e a partir disto descrevemos a nossa análise.

O presente trabalho divide-se em dois capítulos. O primeiro capítulo intitula-se *Ensino de Geografia*, no qual abordamos o tema *Cotidiano, práticas e saberes escolares*, falamos sobre *Algumas perspectivas teórico-metodológicas sobre o livro didático no Ensino Fundamental, sobre o Programa Nacional do Livro Didático e sobre o Livro Didático no ensino de Geografia*.

O segundo capítulo trata da *Análise do livro didático de geografia do sexto ano do Ensino Fundamental* e aborda *as Temáticas comunidade local e cidadania abordadas nos livros didáticos e sua importância para as construções identitárias e a inclusão social e por fim, a Análise do livro didático Projeto Araribá: Geografia, adotado no sexto ano do*

Ensino Fundamental na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC, em Jardim, Mato Grosso do Sul, no ano de 2013.

Em nossas considerações, falaremos do nosso propósito em analisar o referido livro e o que esperamos com o resultado da análise para o ensino da geografia.

CAPÍTULO I – ENSINO DE GEOGRAFIA

1.1 Cotidiano, práticas e saberes escolares

A escola, tal como a conhecemos hoje, é algo recente na história da humanidade, e conforme Vesentini (1989, p. 163) foi construída a partir do século XVIII, como uma das necessidades da sociedade surgida no capitalismo industrial.

Dermeval Saviani (2007, p. 225) registra um momento em que a ideia de sistema educacional brasileiro estava se consolidando, durante o Estado Novo, na década de 1930, afirmando que "para encaminhar de forma permanente a solução dos problemas educacionais brasileiros, Anísio Teixeira empenhou-se na organização e administração do sistema público de ensino."

Vale ressaltar que todas as sociedades possuem a sua escolarização no sentido amplo do termo, ou seja, a maneira pela qual se socializam as novas gerações, os procedimentos que utilizam para reproduzir seus costumes, tradições, valores, mitos e técnicas.

A realidade é que para Vesentini (1989, p. 162):

A escola como *locus* de poder, não se resume ao conteúdo que transmite ao aluno; aliás isso talvez seja até menos importante que outros procedimentos característicos do sistema escolar tais como a hierarquia e a autoridade, a crença nos "fatos objetivos", a avaliação e a promoção, os diversos gêneros de escola e suas relações com a reprodução das desigualdades sociais, a divisão acadêmica dos conhecimentos, os trabalhos pedagógicos, o saber transformado em conhecimento instituído e fechado enquanto sistema.

Sendo assim, podemos entender que a escola precisa ser interessante, pois o que se aprende nela não será o único conhecimento que o aluno irá construir no convívio social. Há sim, uma hierarquia que a escola deve respeitar, mas nada impede que o docente elabore aulas criativas, interessantes e contextualizadas na realidade do aluno. Neste aspecto, o livro didático também ganha um significado social emancipatório.

Segundo Vesentini (1989, p. 164), a escola também é um campo de luta de classes, um *locus* de reprodução de poder onde, dialeticamente, podem-se programar práticas que questionem esse poder e esboquem novas relações societárias.

As classes dominantes não agem de forma exatamente igual em cada Estado, assim como as reações e lutas dos dominados possuem especificidades e particularidades que expressam toda a sua riqueza e pluralidade. Dessa maneira, Vesentini (1989, p. 166) nos

questiona com a seguinte pergunta: deve o professor de geografia fazer o uso do manual didático?

Segundo o autor, a resposta precisa ser relativizada, pois não se trata apenas do tipo de obra a ser utilizado, mas o que se constata na realidade é que o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência.

O livro didático não é o grande culpado pelo autoritarismo e pela precariedade no ensino, mas passou a ser a forma mais usual e institucionalizada de promover e transmitir o saber sistematizado; saber este, que acaba sendo assimilado passivamente pelos alunos.

Para Vesentini (1989, p. 169) a geografia escolar neutraliza o social-histórico; e esse talvez seja desde seus primórdios o seu cerne, a sua função ideológica essencial. E ainda ressalta que a sociedade é submetida ao Estado, que é considerado o verdadeiro sujeito implícito nesses livros.

Sabemos que a ordenação burguesa do mundo implicou na transformação do entendimento da natureza, e ainda, que a visão capitalista do mundo fundamenta-se numa perspectiva econômica do mesmo, vista como separada da política, e o próprio ideal de progresso, considerado o horizonte máximo e indiscutível.

Contudo, nos últimos anos, vem surgindo algumas tentativas de renovação, enriquecedoras para o ensino da disciplina de geografia. E considerando esta nova perspectiva, é necessário ressaltar que o professor que busca implementar um ensino crítico, necessita repensar certos postulados teórico-metodológicos de ensino e práticas docentes.

Na perspectiva da Geografia crítica, sabemos que não há um caminho único a ser mostrado aos alunos, e conforme Vesentini (1989, p. 178), o fundamental é que se possibilitem experimentos e inovações, evitando-se sistemas teóricos fechados, conteúdos que valorizem excessivamente conceitos e definições.

Porém, a prática docente renovada, promotora de estudos sobre a realidade social e o meio ambiente, contribui para engendrar uma geografia escolar crítica, voltada para a formação de cidadãos plenos.

1.2. Algumas perspectivas teórico-metodológicas sobre o livro didático no Ensino fundamental

Estudos realizados por Emmel e Araújo (2012. p. 1) frisaram que “o livro didático é um instrumento de informações a serviço do professor e dos estudantes, que constitui muitas vezes num método/guia de ensino”, isto é, entendemos que mesmo com novos recursos sendo utilizado na sala de aula, o livro didático não deixou de desempenhar o seu papel principal no âmbito escolar.

Mas diversas pesquisas no contexto educacional tem proporcionado a construção de uma visão crítica de docentes e alunos, no que se refere à formação profissional, especificamente sobre a qualidade dos livros didáticos, assim como os seus limites e as possibilidades de uso.

Estes debates recentes são fruto de maior incentivo à pesquisa, às políticas públicas, fatores econômicos, e ainda devido à maior concentração de universidades brasileiras e a publicação de um grande número de periódicos referentes a educação.

Nos estudos realizados por Emmel e Araújo (2012), ressaltou-se que, dentre as disciplinas do currículo escolar, as áreas que mais tiveram artigos produzidos foram as Ciências da Natureza, o que pode ser explicado pela análise de um evento específico da área, o *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)*, ou pela tradição de pesquisa na área, que é bastante relevante. Percebeu-se também que a grande maioria se preocupa com a Educação Básica, que contempla a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Ensino Fundamental e o Médio têm aproximadamente cento e oitenta e nove publicações.

Conforme a pesquisa de Emmel e Araújo (2012. p. 10) o livro didático por si só, não garante a melhoria do ensino, e ainda que o livro didático passe a ser considerado como paradidático pelos professores, estas devem exercer a crítica ao usá-lo.

A presença do livro didático na escola evidencia dois papéis importantes: a) fonte de informações e de práticas decorrentes de seu uso, de modo a superar as contradições e absurdos encontrados nos textos e b) o diálogo com a experiência cultural de cada aluno.

1.3. O Programa Nacional do Livro Didático, PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mantido pelo Ministério da Educação (MEC), tem como principal objetivo contribuir com o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.

Depois de realizadas a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos, com resenhas das coleções consideradas aprovadas e esses guias são encaminhados às escolas, que por sua vez escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

Lembremos que o programa é executado em ciclos trienais alternados. Dessa maneira, a cada ano, o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos devem ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

Além disso, o PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial, sendo distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

De acordo com o Guia de Livros Didáticos PNLD (Programa Nacional do Livro Didático, 2008) da disciplina de Geografia, o livro didático não pode ser o único recurso utilizado na sala de aula. Sobre isto, o PNLD destaca que:

[...] o livro didático não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência nos processos de ensino e aprendizagem que estimule a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos geográficos. (BRASIL, 2007, p. 9)

Sabe-se que ao fazer a escolha do livro didático é importante estar atento, pois as coleções “precisam atender às necessidades do professor, do aluno e da escola, com diversidade de teorias educacionais e pedagógicas, além de levar em consideração as diretrizes dos órgãos nacionais, estaduais e municipais de educação” (BRASIL, 2007, p. 9).

Diante disso, podemos salientar que o livro didático, quando mal empregado pode representar um empecilho, em vez de se tornar um auxílio na educação dos alunos. Cabe

ao professor fazer a escolha do tipo de material mais adequado para as aulas, com antecedência suficiente para tomada de decisões em diferentes planejamentos educacionais.

Mesmo com uma variedade de materiais didáticos, que podem fazer parte de aulas nos dias de hoje, com as novas tecnologias como os vídeos, softwares, internet, câmeras fotográficas, entre outros, ainda assim, não se pode dispensar o uso do livro didático como ferramenta do ensino na sala de aula, já que ele garante um currículo mínimo a ser ensinado.

Conforme o PNL D, ao fazerem sua escolha, os professores devem estar atentos para que a coleção possa auxiliar o aluno na obtenção de conhecimento geográfico que:

- propicie o entendimento das relações sociedade e natureza, de suas dinâmicas e processos;
- possibilite o estabelecimento de relações entre o que acontece no seu cotidiano e os fenômenos estudados, considerando os conceitos básicos da Geografia e as linguagens que lhe são próprias;
- contribua para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que favoreçam a construção da cidadania, por meio do estímulo à compreensão e à aceitação da diversidade cultural e étnica. (BRASIL, 2007, p. 9).

Assim sendo, podemos confirmar a importância da escolha refletida do livro didático mais adequado, que possibilite acompanhar o docente durante todo o ano letivo e também, auxiliar os alunos a se tornarem alunos críticos e reflexivos.

1.4. O Livro Didático no ensino de Geografia

Ao pensar os usos e os abusos que se faz do livro didático, foi fundamental rever algumas categorias de pensamento presentes na ciência geográfica, que colaboraram no sentido de melhor escolher estes livros.

De acordo com Moreira (2009, p. 87) “[...] o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital em escala global.” E dessa maneira, o capital vai tecendo a geografia dos homens concretos. E ressalta que:

“É uma geografia da alienação, que degrada o homem e a natureza, exprimindo suas contradições como crise ecológica, crise energética, crise alimentar, crise ética, segregação espacial, manipulação da democracia, obsoletismo planejado” (MOREIRA, 2009, p. 87).

O capital nasce na história para corromper o modo de vida do ser humano, para reconstruí-los totalmente dependentes de um mundo mercantil; e assim, os homens já alienados, se reproduzem ao ritmo da reprodução do capital.

Para Moreira (2009, p. 88) “nesse mister, o comportamento humano individualiza-se e a individualização atinge os homens nas classes sociais em que o parasitismo do capital se encontra mergulhado”. Cabe lembrar que a classe média e a classe média baixa é quem mais está submetida ao poder do capital. Deste modo Moreira (2009) nos alerta:

O espaço geográfico construído pelo capital monopolista dimensiona a alienação do trabalho e do homem numa escala de percepção à escala da bola planetária. Os rótulos dos outdoors tornam-se os mesmos em todos os cantos. E a televisão transporta as imagens simultaneamente de um canto para o outro, dando-nos a medida da padronização do consumo e dos comportamentos. (MOREIRA, p. 88).

Sabemos que já não existem notícias e acontecimentos que são isolados do mundo, e a geografia que aliena é a mesma que denuncia a alienação. Conforme Moreira (2009, p. 89) “servindo à estratégia da alienação humana, a geografia é bem a medida da sua compreensão”.

Portanto, para Moreira (2009, p. 91) é importante que caminhemos “de uma geografia de homens para o capital, para uma geografia dos homens para si mesmos”. E o autor ainda ressalta que “se são os homens que fazem a geografia, podem eles, pois, fazê-las para eles mesmos”.

Segundo Cavalcanti (2002, p.19), no ensino da geografia, os saberes, tomados com objetos de conhecimento pelo aluno, são aqueles referentes ao espaço geográfico, ou seja, o espaço geográfico não serve apenas para pensar e analisar a realidade pelo lado científico, mas ele é algo vivido por nós e resultante de nossas ações, então, isso quer dizer que se ensina a disciplina de geografia para que os alunos desenvolvam em si a percepção espacial e social das coisas, e nas coisas.

De acordo com Cavalcanti (2002, p.154) o bom ensino é aquele que adianta o processo de desenvolvimento, orientando-se não apenas para as funções intelectuais já maduras, mas principalmente para as funções em amadurecimento. É nele que o professor deve criar situações de aprendizagem com os alunos nas quais se possa explorar a área intelectual e social de cada ser.

Para Haydt (2006, p. 138) “a função da escola [...] é propiciar a difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, visando a melhoria da qualidade de vida das camadas populares.” Para tanto, o ensino de geografia pauta-se em muitas vertentes não só

teóricas, mas também metodológicas que permitem enriquecer o processo ensino-aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

Conforme Haydt (2006, p.136-137) na escola tradicional, os conteúdos são separados de acordo com a experiência e a realidade em que o aluno está inserido, que são conhecidos como conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações e posteriormente repassados ao aluno como verdades.

Já na Escola Nova, também conhecida como Renovada-Progressista, os conteúdos são estabelecidos a partir das experiências adquiridas ao longo da vida, frente a desafios cognitivos e situações problemáticas. Deste modo, percebemos maior importância aos processos considerados mentais e habilidades cognitivas do que a conteúdos organizados racionalmente.

Já na escola não diretiva a transmissão de conhecimentos torna-se secundária, pois esta tendência enfatiza os processos de desenvolvimento das relações e da comunicação. E os conteúdos de ensino da Técnica são as informações, princípios científicos, leis etc., que devem ser estabelecidos e ainda, ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas.

Ao contrário das tendências educacionais anteriores, a educação libertadora valoriza a educação não formal. Os professores ajudam os alunos a escrever os textos de leitura, os conteúdos surgem sob a forma de temas geradores e são obtidos da problematização da prática dos alunos.

A tendência libertária são princípios educacionais que resultam de necessidades e interesses manifestados pelo grupo, dessa maneira podendo ou não ser as matérias de estudo. Já na tendência “crítico-social dos conteúdos”, são os conteúdos culturais que se formam em domínios de conhecimento relativamente autônomos, isto é, os conteúdos são realidades exteriores ao aluno, que devem ser assimilados, mas estão ligados às realidades sociais.

Na contramão desta prática temos visto também docentes que repensam seu trabalho docente constantemente, utilizam a sua criatividade para elaborar as aulas e despertar a criticidade dos seus alunos.

Importa saber que toda ação docente é fruto de um conjunto de princípios pedagógicos que ele adota, de modo consciente ou não, inclusive na escolha e usos do livro didático e que alguns problemas enfrentados pelos professores, como a indisciplina dos alunos pode estar associado a não consciência do professor ao fazer suas escolhas, o que resulta em uma prática não refletida, que gera maior tensão e insatisfação. Nesse contexto,

geralmente as aulas são ditadas unicamente conforme o livro didático e isso não permite ao professor a diversificação metodológica.

Para Haydt (2006, p. 127) “é por meio dos conteúdos que transmitimos e assimilamos conhecimentos, mas é também por meio do conteúdo que praticamos as operações cognitivas, desenvolvemos hábitos e habilidades e trabalhamos as atitudes”. Portanto, o currículo abrange também as experiências educativas no campo desse conhecimento, e por isso deve ser devidamente selecionado e organizado pela escola. E assim, as experiências educativas e a organização do conhecimento ocupam a mesma relevância.

De acordo com Haydt (2006) existem duas modalidades de organização do conteúdo, que são elas:

Programa escolar oficial – É o guia que traça em linhas gerais os fins e os conteúdos da ação educativa para um determinado grau de ensino, definindo os conceitos básicos e as habilidades fundamentais a serem desenvolvidas... Programa pessoal de cada professor – É o plano de ensino de cada professor, que pode ser anual, mensal ou semanal. Esse plano operacionaliza as diretrizes curriculares do sistema de ensino e especifica os objetivos e conteúdos da ação educativa, de acordo com as reais condições de cada classe, isto é, de acordo com o nível de desenvolvimento e as aprendizagens anteriores dos alunos. (HAYDT, 2006, p. 128-129)

Diante disso, os guias curriculares são mais flexíveis, uma vez que são apresentados apenas os conceitos básicos e as habilidades fundamentais para serem desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Para o professor selecionar os conteúdos a serem ministrados na sala de aula, ele deve adotar alguns critérios, e o tempo disponível é uma deles. Deve haver uma relação clara e nítida entre os objetivos a serem atingidos com o ensino e os conteúdos trabalhados, o que chamamos de validade.

A utilidade é quando podemos aplicar o conhecimento adquirido em situações diversas, satisfazendo as necessidades e expectativas do meio em que o aluno está inserido. É necessário que o conteúdo seja significativo e desperte o interesse do aluno. Além disso, o conteúdo deve estar adequado ao nível de desenvolvimento do aluno, respeitando o grau de maturidade intelectual e estar também adequado ao seu nível de estruturas cognitivas.

E ainda, deve haver flexibilidade, ou seja, quando houver necessidade de realizar alterações nos conteúdos, retirando itens ou até mesmo, se for o caso, acrescentando novos tópicos, de acordo com a necessidade do grupo escolar. Assim deve-se encarar o livro didático, uma entre tantas ferramentas pedagógicas.

Conforme Silva (2008):

Quando se discute os instrumentos mediadores da aprendizagem de Geografia, deve atentar-se aos problemas que tais mecanismos possam apresentar, como por exemplo, os livros didáticos que muitas vezes apresentam erros conceituais, cartográficos e entre outros, sendo assim, conforme Vesentini (2001) os livros didáticos em si não são o problema, mas sim o enfoque acrítico que foi dado ao conteúdo destes pelos docentes, dessa forma é recomendável que os professores analisem os materiais adotados e complementem-nos sempre que necessário. (SILVA, p. 12-13)

Conforme Silva, (*apud* DEMO, 1996) o Brasil é um país mal educado, no sentido pleno da questão, pois à medida que vai ocorrendo o ciclo de aprendizagem escolar, vai decaindo o percentual de “rendimento” escolar, e isto são mais discrepantes quando se compara os níveis das regiões brasileiras que não só são díspares economicamente, mas também no quesito educação.

Mesmo com tantas pesquisas e propostas em ensino, que visam à melhoria do aprendizado e da educação brasileira, observa-se que os resultados estão aquém dos desejados, pois falta o compromisso social para com a educação, enquanto um direito de todos; falta também qualidade para promover a formação de cidadãos conscientes de seu papel no mundo onde participem e sintam-se incluídos.

Estudos de Silva *et al* (2007), foram úteis para investigar as práticas docentes em relação ao livro didático. Foram desenvolvidas análises de livros de ensino médio de geografia, analisando suas representações cartográficas/ temas da geopolítica. Desenvolveram-se ainda, nesta investigação, algumas vivências em sala de aula, para “conhecer” como as questões cartográficas e geopolíticas estavam “desenvolvendo se” no ensino da geografia.

Chegou-se a algumas considerações finais, entre elas, que ênfase na abordagem quantitativa das questões geopolíticas pode estar ligada à precária formação do professor, ou mesmo à insegurança/desconforto em trabalhar certas temáticas conflituosas, pois a partir das observações em sala de aula viu-se que a geopolítica e os temas referentes a está não eram abordados; fugia-se as discussões e questionamentos.

Na pesquisa de Silva, foram propostos kits didáticos, como proposta de solução de problemas identificados, foram kits estes que desenvolvidos primeiramente em laboratório, com testes de qualidade do material e de sua adequação ao proposto, posteriormente foram realizadas oficinas para ensinar ao futuro professor a construir seu próprio recurso didático.

Este kit foi sugerido para utilização como apoio em atividades que abordam a cartografia, a regionalização brasileira e sua territorialidade, a economia de cada região, as

desigualdades sociais, ou mesmo como elas se inserem no espaço brasileiro, promovendo questionamentos e discussões sobre as razões que levaram a esta divisão hoje vigente no país, e incentivando os alunos à pesquisa.

Quando se fala que na atualidade os professores e alunos têm muitas possibilidades para o trabalho dos conhecimentos geográficos, pode-se dizer que isto ainda é algo inatingível, pois os recursos não chegam às todas as escolas de forma igualitária, por isso ainda hoje o material básico de professores e estudantes é o livro didático.

Assim, é necessário problematizar o processo de escolha do livro, para que ele seja realmente facilitador do processo ensino-aprendizagem. A gestão escolar deve promover momentos para a escolha de livros didáticos, considerando-o um valioso recurso para mediação da prática de ensino, sejam estes livros elaborados a partir da realidade local, adaptados ou escolhidos através de oferta de grandes editoras do setor, visando sempre o desenvolvimento de um currículo que reflita os objetivos educacionais da instituição, que proporcionem aulas mais interessantes e dinâmicas, rompendo, pois com a visão enfadonha algumas vezes impregnada as aulas de geografia.

Os materiais didáticos são instrumentos de apoio às tentativas de vencer os obstáculos no ambiente escolar, principalmente no que tange ao ensino da geografia, pois buscam romper com a visão desta como uma disciplina monótona/ enfadonha (em sua apresentação aos alunos), e por isso os recursos didáticos permitem um “redirecionamento” da geografia para formação de um ensino mais dinâmico. Em relação ao livro didático, por mais criticado que seja ainda é o norteador das práticas docentes face aos escassos recursos de que dispõem a estrutura escolar.

Consideramos este trabalho de pesquisa importante por demonstrar que a utilização e construção de recursos didáticos é uma possibilidade para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, porque oferece instrumentos aos docentes, para apoiar sua prática pedagógica, tornando as aulas de geografia mais interessantes.

Quando tratamos do ensino realizado nas escolas, um ponto interessante que merece destaque é o fato da educação ser uma arma sócio democrática eficaz, e que, portanto é importante que seja garantida que a escola desempenhe seu papel social, pois a construção democrática do estado brasileiro passa pela formação educacional dos cidadãos.

CAPÍTULO II – ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.1. As temáticas *Comunidade local e Cidadania* abordadas nos livros didáticos e sua importância para as construções identitárias e a inclusão social

Inicialmente é preciso ressaltar que, no Brasil, a construção da cidadania não seguiu a lógica da trajetória inglesa. Houve no Brasil, segundo José Murilo da Carvalho (2002), pelo menos duas diferenças importantes: a primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros; a segunda diz respeito à alteração na sequência em que os direitos foram sendo adquiridos; entre nós, o social precedeu os outros (p.12). Em suma, foram 322 anos sem poder público, sem Estado, sem nação e cidadania.

Passados mais de 500 anos da chegada dos portugueses nas terras brasileiras, percebe-se que a consolidação da cidadania ainda é um desafio para todos os brasileiros; para muitos, um conceito a ser construído e uma prática distante, onde prevalece apenas a democracia eleitoral sobre a democracia social, esta última conhecida como a democracia cidadã.

A origem do conceito “cidadania” no contexto histórico-cultural, provem dos gregos, especificamente por volta do ano 380 a. C. (período do apogeu daquela civilização). Alguns autores entendem cidadania como “um conjunto de direitos civis, políticos e sociais que todo homem tem que conquistar para viver em sociedade, num determinado lugar” (SOUSA, s.d., p.511). É fato que esses processos precisam ser levados para a sala de aula, não somente nas aulas de Geografia, mas também em outras disciplinas.

A cidade tornou-se o palco destas lutas sociais, levando em consideração os acontecimentos vividos pelos povos de diferentes épocas e as transformações que deram características a esses lugares. Ao analisarmos a cidade, estamos refletindo sobre o espaço urbano, que reproduz a paisagem urbana, onde a cidade pode ser entendida como uma concretização do urbano. O espaço geográfico é a materialização das relações sociais.

A história se realiza num determinado espaço e o urbano contém a história de vida do indivíduo e o cotidiano do coletivo. A humanidade produz e reproduz o espaço, dando forma aos lugares. Nesse contexto, a cidade aparece associada às pessoas, determinando sua própria natureza. A organização da cidade pelos indivíduos se dá de forma

diferenciada. O uso do solo urbano reflete a disputa entre as classes e o cidadão acaba se apropriando dessa obra humana que é a cidade.

Mas, não podemos esquecer que o cidadão exerce a cidadania, defendendo assim, as necessidades da cidade, e que a cidadania vai se manifestando na sociedade através dos direitos conquistados pelos cidadãos.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que, embora a escola não seja o principal espaço de formação de cidadania, é nela que os alunos (principalmente as crianças) têm as primeiras noções sobre cidadania, e onde, certamente, terão uma sólida contribuição sobre o assunto. Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sugerem que trabalhemos “[...] a cidadania como a consciência de pertencer, interagir e sentir-se integrado com as pessoas e os lugares” (BRASIL, 1998, p.60).

Para o entendimento do conceito de cidadania, é de suma importância ter domínio sobre as categorias analíticas da Geografia, dominar os conceitos de espaço, natureza, paisagem, território, região, cidade, lugar e outros é imprescindível, uma vez que estes tem interligação com a cidadania.

A cidadania, envolve antes de mais nada, a sociedade civil e as formas pelas quais ela se apropria do mundo; e o cidadão precisa se reconhecer dentro de sua obra e vivenciar conscientemente o espaço. A geografia tem o papel de mostrar o mundo natural e social e as interações dos dois (benéficas ou não), as mudanças da natureza (principalmente pela ação do homem), como ela se encontra e o que pode ser feito para mantê-la.

Os PCN's sugerem que se deve trabalhar a cidadania, levando em consideração a pluralidade cultural, uma vez que existem diversos grupos socioculturais. Nesta perspectiva, pode observar preconceitos de vários tipos, como os de classe, culturais, religiosos, sexuais, de gênero entre outros.

Além disso, existem outros temas que propiciam o estudo da cidadania como o trabalho e o consumo. O trabalho, enquanto a atividade vital do cidadão. E assim, este, por sua vez, necessita dos bens de consumo para sua sobrevivência.

Dessa maneira, discutir a cidadania nas aulas de geografia não é uma tarefa simples, por se tratar de um assunto complexo, além de que o tempo de aulas é curto, normalmente apenas três aulas semanais, e os debates se tornam mais difíceis, porque vem a preocupação em seguir o livro didático e as demais atividades inerentes ao trabalho docente.

Contudo, não podemos deixar de mencionar a importância da geografia, uma vez que esta tem a responsabilidade de contribuir para a formação do cidadão, levando-o a se

reconhecer no espaço local/global como um ser “pensante” e atuante, capaz de exercer a cidadania, a começar pela construção da própria identidade.

2.2. Análise do livro didático *Projeto Araribá: Geografia, na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC.*

Analisamos o livro didático Projeto Araribá: Geografia, adotado no sexto ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC, em Jardim, Mato Grosso do Sul. Tal análise seguiu um roteiro previamente organizado juntamente com a professora da disciplina. Na análise, consideramos os dados de identificação do livro, os conteúdos, a apresentação gráfica e as atividades. Além disso, analisamos também as questões relativas a abordagem de temas sobre região e comunidade local.

Depois de realizada a análise, passamos para a escrita do relatório, abordando os aspectos solicitados no roteiro, os quais podem ser verificados em anexos.

Inicialmente, foi realizada a identificação do livro considerando o nome do livro, área do conhecimento, o ano do ensino fundamental ao qual se destina autor do livro, organizadora, editora, volume, o local de Publicação, ano de Publicação.

O livro escolhido é da editora responsável Sonia Cunha de Souza Danelli, bacharel em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ana Paula Ribeiro que é licenciada em Estudos Sociais, com habilitação em Geografia pela Universidade Paulista e professora de Geografia na rede pública municipal de São Paulo. Denise Cristina Christov Pinesso que é bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestre em Ciências, área de concentração Geografia Física, pela Universidade de São Paulo e professora em escolas particulares e da rede pública municipal de São Paulo. Graça Maria Lemos Ferreira mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, área de concentração Geografia Humana. E Marcello Martinelli professor Livre-docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, disciplina de Cartografia Temática.

O livro é destinado ao sexto ano do Ensino Fundamental, foi publicado em 2007. Em relação aos dados do autor, verificamos que existem sim informações sobre a formação

na primeira página do livro didático, relatando qual é a formação do autor e qual universidade frequentou, conforme citamos no parágrafo acima.

O segundo passo foi analisar o livro de forma geral, iniciando pelo conteúdo da disciplina. Em relação aos conteúdos, percebemos que são organizados por unidades, formados por abertura da unidade, estudo dos temas, atividades, representações gráficas e compreender um texto. Além disso, contém 8 (oito) unidades e cada unidade do livro didático é formado por 4 (quatro) temas.

Foi possível verificar que no livro analisado há sugestões de leituras, filmes e sites nas laterais dos textos para que os alunos possam aprofundar os conhecimentos. Em relação à linguagem, podemos considerar clara, pois os conteúdos são abordados de forma coerente e sempre atrativa, e considerando a série escolar em questão, o sexto ano, e o nível de complexidade para a mesma é adequado. Conforme podemos observar na figura 01 e 02 logo abaixo:

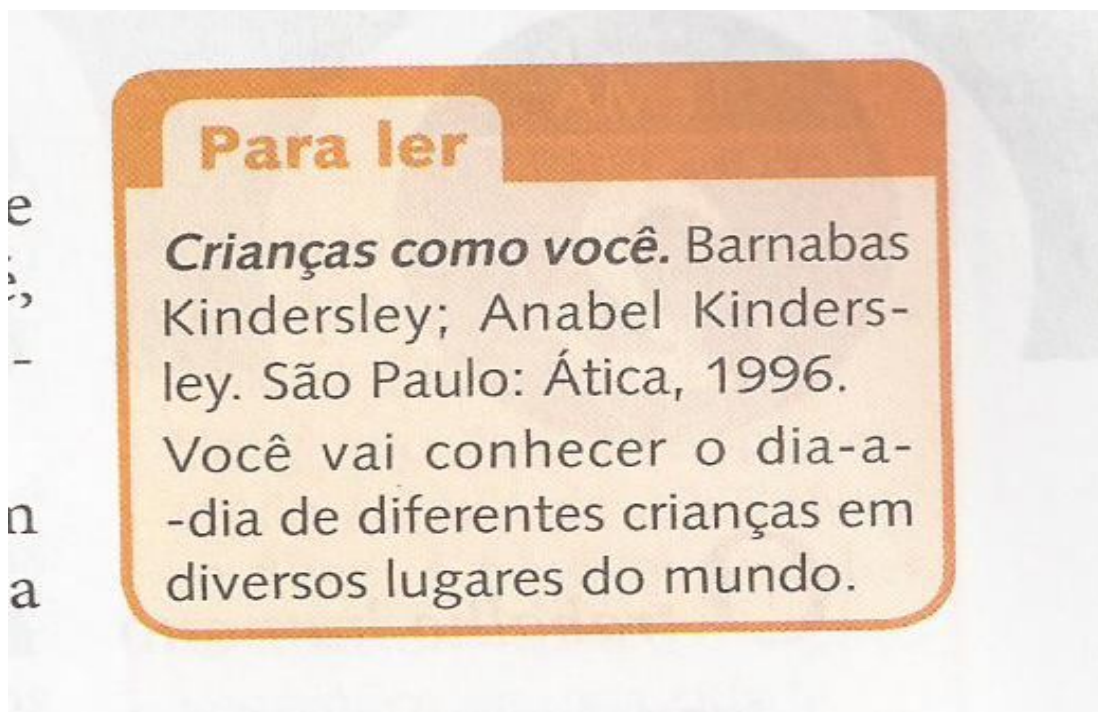


Figura 01. SUGESTÃO DE LEITURA.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 19.

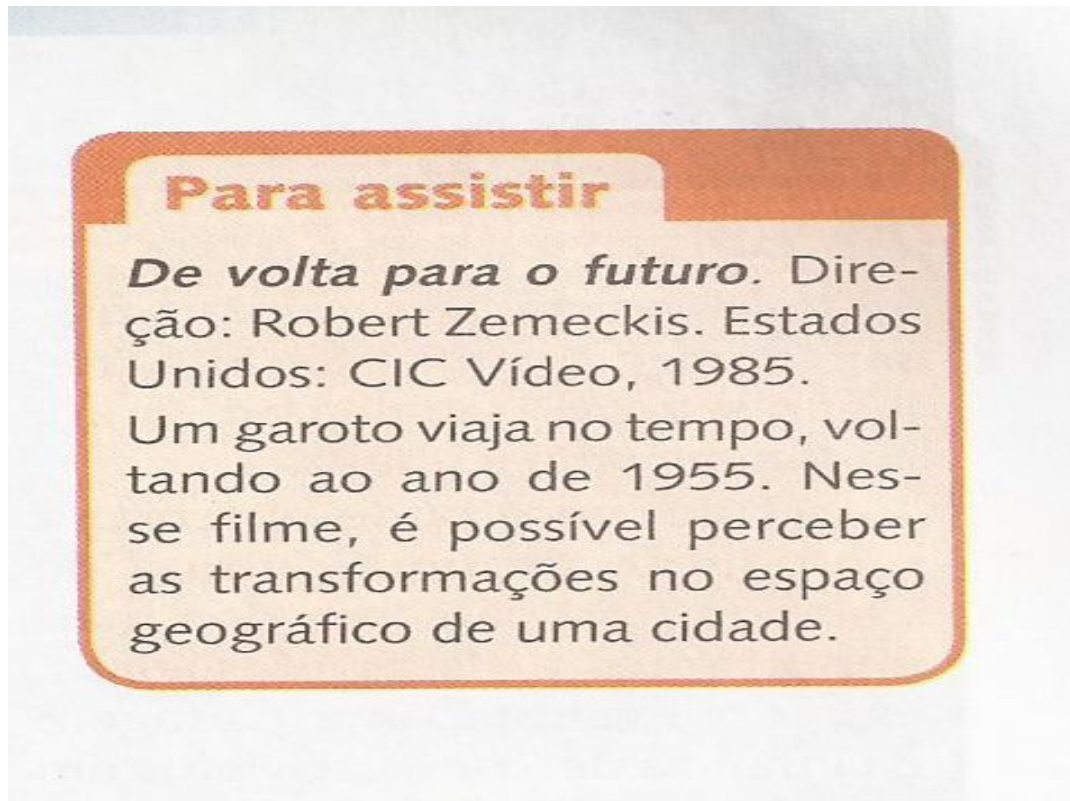


Figura 02. SUGESTÃO DE FILME.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 21.

Diante disso, podemos dizer que os conteúdos são pertinentes à área de conhecimento da disciplina. Na disciplina de Geografia estudamos temas como relevo e hidrografia, os continentes, as ilhas e os oceanos, o planeta terra e assim sucessivamente. Foi possível analisar que os conteúdos estão de acordo com a capacidade de entendimento e a faixa etária do aluno do ano a que o livro de se propõe. E ainda, os conteúdos são abordados de forma clara e organizados, mesclando texto e imagens variadas. E observamos que modo como os conteúdos são apresentados, não enfatizam a memorização. Vamos observar:

TEMA

1

As principais formas do relevo terrestre

A crosta terrestre é irregular, apresentando diferentes formas. O conjunto dessas formas constitui o relevo, importante elemento para a diversidade das paisagens.

As formas do relevo

As principais formas de relevo existentes na Terra são montanhas, os planaltos, as planícies e as depressões.

- ### Montanhas

São as formas de relevo de maior **altitude** (acima de 300 metros) na superfície terrestre, resultantes de atividades tectônicas. Um conjunto de montanhas geralmente forma uma cadeia montanhosa ou cordilheira. Na América do Sul, a cadeia montanhosa é a dos Andes. A Cordilheira do Himalaia, na Ásia, possui o ponto mais elevado do planeta Terra, o Everest, com 8.848 metros. Observe o mapa (figura 1).

Quadro 1

A altitude

Altitude é a medida que nos permite conhecer a elevação das diferentes formas do relevo da superfície terrestre em relação ao nível médio do mar (altitude zero).

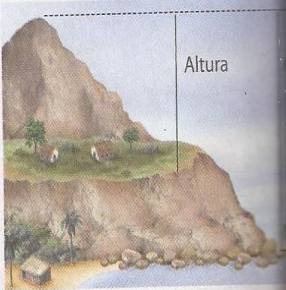


Figura 03. EXEMPLO DE CONTEÚDO.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 92.

Planaltos
 As superfícies irregulares que em geral sofrem mais a ação de agentes de erosão, como a água da chuva, os rios e os ventos, do que a ação de agentes de sedimentação.
 Os planaltos podem ser formados por chapadas, morros e serras.
 As chapadas são formas com escarpas e topo plano. São constituídas em grande parte por camadas de arenito e em geral situam-se em altitudes acima dos 600 metros (figura 2).
 Os morros são formas de relevo com topos arredondados e altitudes entre 300 e 900 metros (figura 3).
 As serras são formadas por cadeias de morros pontiagudos, com altitudes que podem variar de 600 a 3.000 metros (figura 4).

Glossário
Escarpa
 A escarpa é uma queda muito acentuada no relevo terrestre, lembrando um degrau.



Fonte: SUERTEGARAY, Dirce M. A. (Org.). *Terra: feições ilustradas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. p. 107.

Figura 2. Chapada Diamantina, no estado da Bahia, em 2002.



Figura 3. Observe as formas arredondadas dos chamados "mares de morros" em trecho da Serra da Mantiqueira, em 2000.



Figura 4. Serra dos Órgãos, em Guapimirim (RJ), onde se destaca o Pico Dedo de Deus, com 1.692 metros de altitude. Foto de 2001.



Figura 04. EXEMPLO DE IMAGEM.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 93.

Um ponto interessante a ressaltar é que os conteúdos do livro analisado propõem a reflexão e capacidade crítica do leitor, pois na sessão *Compreender um texto*, podemos considerar uma seção com diferentes tipos de atividades, que estimulam o aluno a gostar

da leitura. Percebemos também que problematizam os conceitos apresentados. Apresentam relação com temas e problemáticas da atualidade e estimulam o desenvolvimento de atitudes e valores. Mas que nem sempre estimulam a articulação com os conhecimentos prévios dos alunos.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que, marcamos como ponto positivo é que a cada tema o livro nas colunas laterais de cada tema traz um glossário e, além disso, outras informações adicionais, e não ao final do livro como conhecemos. Esta forma de apresentar o glossário faz com que ele seja melhor aproveitado pelo professor e o aluno, já que está com acesso facilitado. Vejamos na seguinte figura:

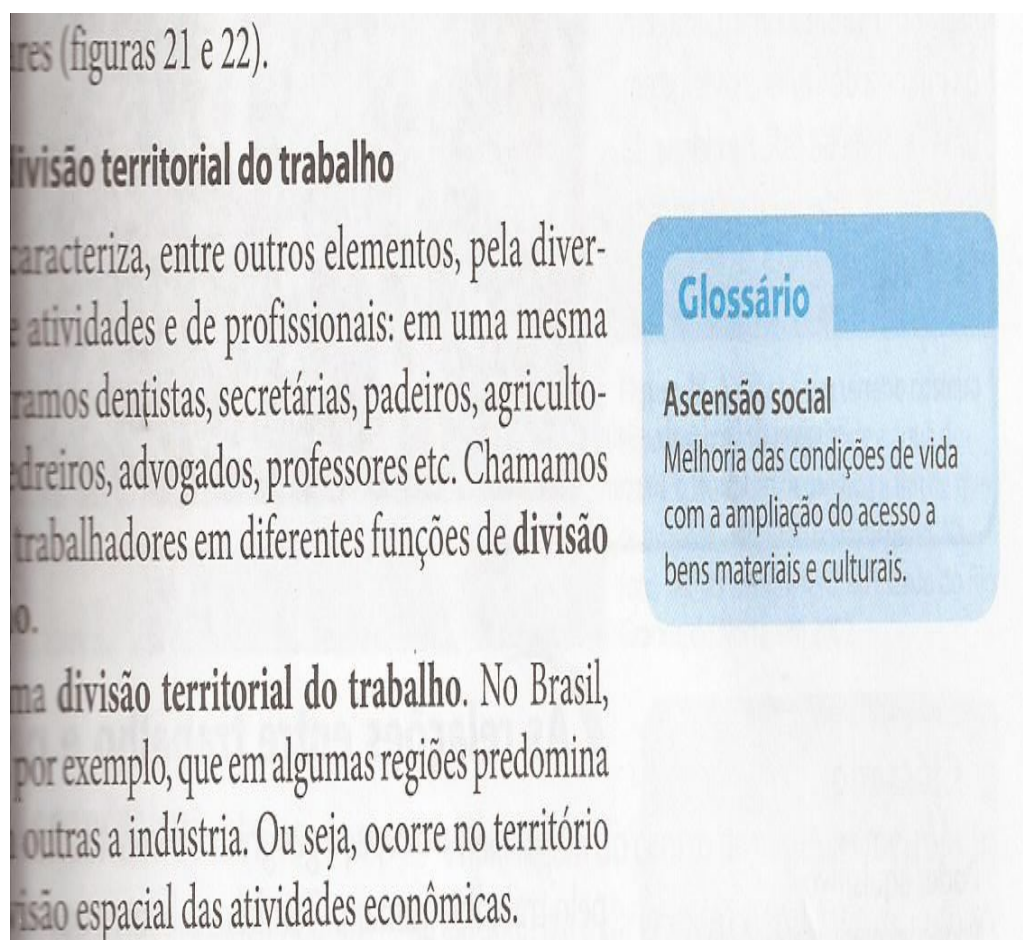


Figura 05. EXEMPLO DE GLOSSÁRIO.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 21.

Na sequência, foi analisada a apresentação gráfica, ou seja, analisamos as ilustrações presentes no livro. Consideramos as ilustrações que compõem o livro são pertinentes, pois exemplificam e complementam os conteúdos desenvolvidos nas unidades.

Nesse sentido, todas as ilustrações que compõem o livro estão relacionadas aos conteúdos e muitas vezes, ainda aprofundam o assunto estudado.

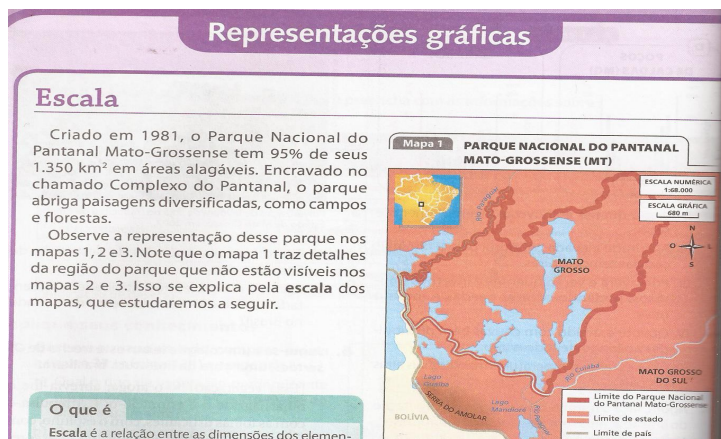


Figura 06. EXEMPLO DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS.

Fonte: Projeto Araribá: Geografia, 2007. p. 136.

Para a compreensão e a aprendizagem do ensino de Geografia as diferentes figuras, como os mapas e os gráficos são de extrema relevância, pois a partir da observação das figuras é possível instituir comparações, conhecer dados e ainda se for um mapa, por exemplo, pode ser desenvolvida leitura ou a interpretação dos dados contidos no mesmo, extraindo localização, escala, fonte, legenda, o que possibilita a estruturação de um conceito abrangente sobre um tema.

Outro aspecto que merece a nossa atenção é a quantidade de ilustrações utilizadas no material. Observando o livro didático analisado, percebemos várias ilustrações que ajudam no aprendizado do discente. Há elementos visuais, como as ilustrações de animais, alguns tipos de clima, lugares pelo mundo e os mapas que para o estudo de geografia é de suma importância.

As atividades são apresentadas de maneiras variadas para que o aluno possa registrar o seus conhecimentos, pois são exercícios que desenvolve a habilidade de identificar e fixar as principais ideias do texto que o aluno estudou na disciplina de geografia.

Deste modo, durante a nossa análise tivemos a oportunidade de comprovar que as atividades estão de acordo com a capacidade de entendimento e a faixa etária do aluno, porque há compreensão das atividades propostas e também uma grande interação entre alunos e professores. Nesse contexto, vale ressaltar que as atividades são todas bem articuladas. Os textos fazem referência as diferentes imagens apresentadas no decorrer das unidades do livro didático.

Percebemos ainda que, as atividades propostas estimulam a participação e a reflexão dos alunos, uma vez que apresentam situações relativamente novas, relacionadas ao conteúdo da unidade, e desenvolvem a habilidade de leitura de textos. Por exemplo, no tema sobre *Os principais problemas urbanos*, os autores propõem atividade abaixo:

Interpretar - Na frase abaixo, a autora faz uma afirmação.

‘No entanto, por melhor que sejam os prefeitos e vereadores, existem problemas que eles não conseguem resolver, como o aumento da violência nos centros urbanos’.

a – Você concorda com essa afirmação? Explique sua resposta.

b – O que você acredita que deve ser feito para resolver o problema da violência?

(Projeto Araribá: Geografia, 2007, p. 161)

É importante destacar que os exercícios encontrados no livro didático de Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental despertam o interesse dos alunos, estimulando-os a desenvolverem experiências práticas e resolver situações problemas, como exemplo, podemos citar uma atividade da página 89. “Use sua criatividade – Imagine que você está sozinho em uma ilha. Pense nos recursos naturais do lugar, como as árvores e animais. Agora escreva um pequeno texto narrando o que você faria para se alimentar nessa ilha”.

Além disso, as atividades que mais são priorizadas são a análise e a compreensão. No decorrer das unidades podemos perceber pequenos textos que o aluno precisa ler, compreender e analisar, assim também são com as imagens como, por exemplo, observar o detalhe do quadro *Operários* (1993), de Tarsila do Amaral para poder responder as questões. [Projeto Araribá: Geografia, 2007, p 24]. E, os valores e as atitudes são estimulados. Isso pode ser observado numa atividade a ser realizada em grupo, dos temas 3 (Os oceanos e os mares) e 4 (A água nos continentes), no qual se pede que falem sobre o desperdício de água, questiona os alunos se costumam desperdiça-la e ainda, pede-se que apontem as possíveis soluções para os casos de desperdício. [Projeto Araribá: Geografia, 2007, p 85].

Ao analisar o livro didático em questão, constatamos atividades que despertam o interesse da pesquisa, da troca e comunicação de informações. Vimos questões para serem realizadas em grupo, para fazer pesquisas a partir de roteiros, produzir um pequeno texto com a descrição de um cenário imaginário usando a criatividade e assim, sucessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como alvo analisar o livro didático Projeto Araribá: Geografia, adotado no sexto ano do ensino fundamental na Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa – MARC.

No que diz respeito ao ensino realizado nas escolas devemos lembrar que este merece maior atenção por parte da sociedade e de nossos governantes, pois a construção democrática do Estado brasileiro depende da formação educacional de seus habitantes.

Portanto, a construção de um Brasil mais democrático dependerá da qualidade da Educação fomentada pela nossa sociedade. Assim não podemos medir esforços e sim, investir esforços conscientes e comprometidos para a transformação de nossas escolas em centros de formação social de cidadãos.

O livro didático é um ótimo recurso, mas não é o único, e, portanto deve ser utilizado como fonte de pesquisa tanto pelo professor como pelo aluno. Mas professor deve ter o cuidado de sempre fazer a conexão do que o livro apresenta com a realidade do aluno. E assim, para que o aluno consiga compreender os conceitos com maior clareza.

Pensamos que cada professor pode e deve trabalhar de maneira diferenciada, sempre buscando de forma clara a melhoria de aprendizagem de seus alunos, o docente deve sempre buscar o aprimoramento profissional para que sempre possa fornecer condições para uma aula melhor.

Em relação ao ensino de geografia a proposta para uma alternância no tocante a forma de como se ensinar geografia a partir do ensino fundamental. Buscando uma forma de disseminação do conhecimento geográfico, por intermédio de um trabalho efetivo em sala de aula, onde o envolvimento professor/aluno ocorra dentro de uma cumplicidade visando sempre o aperfeiçoamento da linguagem geográfica a partir de conceitos, termos e expressões ligadas à disciplina de geografia. Neste quesito, o método utilizado para ensinar é fundamental na formação do educando.

Quando se tem como referencial metodológico uma perspectiva de ensinar aprendendo, o aluno torna-se um produtor de conhecimento, fomentado pelo professor que também se torna um aprendiz. Com isso, os papéis se reorientam e, a partir daí, temos a possibilidade de estimular nos alunos as noções iniciais de pesquisa, com a pretensão de despertar a curiosidade e desenvolver métodos de sistematização de conhecimento, propiciando uma aprendizagem significativa. O ensino de geografia contribui para o desenvolvimento de habilidades como observar, descrever, orientar-se, argumentar,

analisar, falar em público, entre outras. Para tanto, é importante que o aluno seja estimulado a pesquisar.

Assim, espera-se que este trabalho sirva aos docentes de geografia e a todas as demais pessoas que dele se utilizarem, para que percebam que a escolha correta do livro didático ajudará o professor na sala de aula. Podemos dizer que o ensino de geografia torna-se interessante e comprometedor com a formação do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos PNLD 2008: Geografia / Ministério da Educação. Brasília MEC, 2007.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e prática de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.
- CREMONESE, Dejalma. A difícil construção da Cidadania no Brasil. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí. Ano 5. N. 9. Jan/Jun, 2007.
- EMMEL, R.; ARAÚJO, M. C. P. de. A PESQUISA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: CONTEXTO, CARACTERIZAÇÃO E REFERENCIAIS DE ANÁLISE NO PERÍODO 1999-2010. Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.
- HAYDT, Regina. C. C. CURSO DE DIDÁTICA GERAL. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006. 327p.
- MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PORTAL, Mec. Disponível em <
http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article
Último acesso em 05 de Novembro de 2013.
- SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas Autores Associados, 2007
- SILVA, Ângela M. de A. O Ensino de Geografia e os Recursos Didáticos: Uma avaliação inicial acerca dos materiais de Ensino de Livros Didáticos. Desenvolvimento em questão. Uberlândia, 2008.
- SOUSA, M.J.M.de; SILVA, A.R.da; MAGALHÃES, S.M.F. A cidade e a cidadania no Ensino de Geografia. Revista da cada da Geografia de Sobral, Sobral. V.6/7, n.1, p.51-59, 2004/2005.
- VESENTINI (org.) J. William. Geografia e ensino: Textos críticos. José Willian Vesentini, organizador...[et al]. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.